



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 290, DE 2017

Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado LUIZ LAURO FILHO PSB/SP

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem Nº 290, de 2017, acompanhada de Exposição de Motivos conjunta do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída inicialmente a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista apreciação da matéria por parte da Comissão de Viação e Transportes e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54/RICD), para posterior apreciação pelo Plenário desta Casa.

Na citada Exposição de Motivos conjunta, o então Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira Filho; o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Malta Lessa e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) informam que o presente Acordo *“tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois*



países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Bahamas...”

Suas Excelências acrescentam que o adensamento da relação aerocomercial reforçará os laços de amizade, entendimento e cooperação entre o Brasil e aquele Estado, contribuindo assim para o aprofundamento das relações bilaterais nas esferas do comércio e do turismo.

O instrumento internacional em apreço conta com um breve **Preâmbulo**, uma **Seção Dispositiva**, com vinte e sete artigos, e um **Anexo**.

No **Preâmbulo**, destacam-se os “Desejandos”, que arrolam os fundamentos da avença em comento.

Da **Seção Dispositiva**, destacam-se o **Artigo 1º** (Definições); **Artigo 2** (Concessão de Direitos); **Artigo 3** (Designação e Autorização); **Artigo 4** (Negação, Revogação e Limitação de Autorização); **Artigo 5** (Aplicação de Leis); **Artigo 6** (Reconhecimento de Certificados e Licenças); **Artigo 7** (Segurança Operacional); **Artigo 8** (Segurança da Aviação); **Artigo 9** (Segurança dos Documentos de Viagem); **Artigo 10** (Passageiros inadmissíveis/sem documentos e Deportados); **Artigo 11** (Tarifas Aeronáuticas); **Artigo 12** (Direitos Alfandegários); **Artigo 13** (Capacidade); **Artigo 14** (Preços); **Artigo 15** (Concorrência); **Artigo 16** (Conversão de Divisas e Remessa de Receitas); **Artigo 17** (Atividades Comerciais); **Artigo 18** (Flexibilidade Operacional); **Artigo 19** (Estatísticas); **Artigo 20** (Aprovação de Horários); **Artigo 21** (Consultas); **Artigo 22** (Solução de Controvérsias); **Artigo 23** (Emendas); **Artigo 24** (Acordos Multilaterais); **Artigo 25** (Denúncia); **Artigo 26** (Registro na OACI); e o **Artigo 27** (Entrada em Vigor).

Consta do referido **Anexo**, as Rotas a serem operadas pelas empresas aéreas designadas pelo Brasil e pelas Bahamas, destacando-se que as empresas aéreas designadas de ambas as Partes poderão, em qualquer ou em todos os voos, exercer direitos de tráfego de quinta liberdade em quaisquer pontos intermediários e/ou além; poderão, também, operar voos em uma ou ambas as direções; combinar diferentes números de voo na operação de uma aeronave; servir, nas rotas, pontos intermediários; omitir escalas em qualquer



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ponto ou pontos; transferir tráfego de quaisquer de suas aeronaves sem limitação de direção ou geográfica, e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outra forma permitido sob este Acordo.

O **Fecho** registra que o presente Acordo foi feito e assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016, nos idiomas inglês e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Assinaram o fecho do instrumento: o então Senhor Embaixador **Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa**, pelo Governo da República Federativa do Brasil, e, pelo Governo da Comunidade das Bahamas, **Glenys Hanna Martin**, Ministra do Transporte e Aviação.

É o Relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Estamos a apreciar o Acordo sobre Serviços Aéreos, firmado em 2016, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da Comunidade das Bahamas.

Trata-se de acordo que reflete a diretriz da diplomacia brasileira dos últimos anos de privilegiar as relações com outros países.

É de se observar que as relações comerciais Brasil – Bahamas, ainda que caracterizadas por números modestos, conheceram significativo aumento recentemente. Além disso, há potencial de comércio em setores diversos do mercado, bem como potencial de cooperação em áreas como comércio e turismo.

E nesse sentido, o presente Acordo pode em muito favorecer, incrementando o intercâmbio nas áreas do comércio e do turismo e, conseqüentemente, propiciando o aprofundamento das relações Brasil – Bahamas.

Conforme relatamos, o Acordo conta com as cláusulas usuais em instrumentos da espécie que dispõem, dentre outros, sobre o processo de concessão dos serviços aéreos, as liberdades do ar contempladas, a legislação aplicável, o reconhecimento de certificados e licenças, as tarifas aeronáuticas e o quadro de rotas aberto.

Destaque especial foi dado em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil estabelecida pelo Decreto nº 6.780, de 2009, observando-se os diversos instrumentos internacionais relativos à matéria e as diretrizes estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional, refletindo preocupações reinantes nas relações internacionais contemporâneas.

Em suma, o presente instrumento atende aos interesses nacionais e coaduna-se com os princípios que regem as nossas relações internacionais, particularmente com o princípio constitucional de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prescrito no inciso IX do Art.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4º da Constituição Federal, razão pela qual VOTO pela aprovação do texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017

LUIZ LAURO FILHO

Deputado Federal

PSB/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017
(MENSAGEM Nº 290, DE 2017)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e do Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017

LUIZ LAURO FILHO

Deputado Federal

PSB/SP